

Banco Mundial exige defesa ecológica e segurança nuclear

SÔNIA MOSSRI

BRASÍLIA — Para agilizar a aprovação e desembolso do pacote de empréstimos de US\$ 1 bilhão oferecido pelo Banco Mundial (Bird), retomando o diálogo após o impasse ligado ao crédito setorial elétrico de US\$ 500 milhões, o Governo Brasileiro terá que cumprir duras condições contratuais, como uma revisão total das condições de segurança da Usina Nuclear de Angra I, com monitoramento do depósito do lixo radioativo, planos com relação à evacuação da população civil em caso de acidente, ao lado de exigências significativas com relação à preservação do meio-

ambiente e relato de qualquer tipo de incidente. Essas condições, apresentadas pela missão de alto nível do Bird, chefiada pelo Diretor do Departamento do Brasil, Armeane Choksi, já repercutiram no âmbito da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), o ex-Conselho de Segurança Nacional.

O GLOBO teve acesso com exclusividade à proposta trazida por Choksi como alternativa ao segundo empréstimo setorial de US\$ 500 milhões, com aprovação quase impossível diante da posição do Bird em considerar como definitiva a inviabilidade econômica da Usina Nuclear de Angra III. O pacote de US\$ 1 bi-

lhão, com aprovação prevista para os próximos 18 meses, incorpora três empréstimos: um de ajustamento, que funciona como os setoriais, de desembolso rápido, reforçando o balanço de pagamentos; e outros dois específicos para distribuição, transmissão, conservação de energia elétrica e preservação do meio-ambiente.

Um projeto de ajustamento ou setorial, somando US\$ 300 milhões, e classificado no documento como operação de rápido desembolso, é destinado à política de conservação de energia (esquemas para reduzir o desperdício) e preservação ecológica. O total restante, US\$ 700 milhões, é relativo a dois projetos para expan-

são da capacidade de geração, distribuição e transmissão de energia.

As condições do Bird exigem que as subsidiárias da Eletrobrás tenham um cronograma dos recursos suficientes para garantir estudos sócio-econômicos da população desalojada em função de projetos hidrelétricos; planos para reassentamento discutidos com a população local atingida pelos mesmos; e aquisição e demarcação de terra para proteção de comunidades indígenas envolvidas, o que certamente se refere à construção de novas hidrelétricas na Amazônia. A hidrelétrica de Itaparica ainda está no cardápio das condições, com exigências para implementar o reassentamento da população.